

*Brasília, 11 de junho de 2026*

---

Seleção

---

# Sumário

## Agência Câmara

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Industrial

**Comissão aprova projeto que torna crime o registro fraudulento de marca ..... 3**

## O Tempo Online

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Brasil promulga Tratado de Budapeste para simplificar patentes de biotecnologia ..... 4**

## O Globo

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

**Governo registra marca Pix e reforça defesa do sistema após crítica dos EUA ..... 6**

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Marco Civil

**Toffoli defende manter responsabilização das plataformas digitais ..... 8**

## G1 - Globo

Quinta-feira, 11 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Diplomatas apostam em encontro de Lula com Trump no G7 para evitar novas tarif... ..... 10**

## O Globo Online

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Mais de mil camisas de seleções falsas são apreendidas antes da Copa na Inglater... ..... 12**

## Consultor Jurídico

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Fundamentos das novas medidas dos EUA em relação ao Brasil ..... 14**

## Zero Hora - Últimas Notícias

Quarta-feira, 10 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

**Marketing de emboscada e Copa: estratégias e desafio ..... 18**

## Comissão aprova projeto que torna crime o registro fraudulento de marca



Sua opinião sobre: PL 2496/2024

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

A Comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados aprovou projeto que torna crime o registro fraudulento de marca. O texto altera a Lei 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à **propriedade industrial**.

A proposta prevê pena de detenção de um a três meses, ou multa, para quem registrar marca sem exercer a atividade econômica correspondente, com o objetivo de exigir vantagem ilícita ou impedir o

registro por quem já utiliza marca idêntica ou semelhante.

O texto aprovado é a versão da relatora, deputada Ivoneide Caetano (PT-BA), para o Projeto de Lei 2496/24, do deputado Helder Salomão (PT-ES). A relatora fez ajustes na redação, mantendo o objetivo original.

"O registro de marca por quem não é seu legítimo dono causa enormes prejuízos a produtores e comerciantes que, de boa-fé, exercem a atividade econômica. Esses prejuízos podem ser financeiros e também produtivos", disse Ivoneide Caetano.

Em vez de incluir o novo crime no trecho da lei que trata de crimes contra marcas já registradas, a relatora propôs a inserção no capítulo sobre crimes cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda.

Próximos passos

A proposta ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, seguirá para o Plenário. Para virar lei, precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Da Reportagem/RM

Edição - Marcelo Oliveira

## Brasil promulga Tratado de Budapeste para simplificar patentes de biotecnologia



Decreto assinado pelo presidente oficializa normas internacionais para o depósito de micro-organismos, facilitando o reconhecimento de invenções biológicas em diversos países.

O governo federal oficializou, nesta terça-feira (9), a promulgação do Tratado de Budapeste sobre o Reconhecimento Internacional do Depósito de Micro-organismos para Efeitos do Procedimento em Matéria de Patentes. A medida, estabelecida pelo Decreto 13.011/2026, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) e marca a adesão plena do país a um sistema global que desburocratiza a proteção de invenções na área da biotecnologia. O documento foi assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira.

A nova legislação estabelece que os Estados contratantes que exigem o depósito de micro-organismos (seres vivos microscópicos, como bactérias, fungos e vírus) para fins de patentes devem reconhecer o depósito efetuado em qualquer "autoridade internacional de depósito". Na prática, isso significa que um pesquisador ou empresa brasileira não precisará mais realizar depósitos físicos do material biológico em cada país onde desejar obter a patente, bastando uma única entrega em uma instituição credenciada pela Organização Mundial da **Propriedade Intelectual** (Ompi).

Funcionamento e segurança biológica

O Tratado de Budapeste, originalmente firmado em 1977 e atualizado ao longo das décadas, resolve um problema técnico da **propriedade industrial**. Dife-

rente de uma invenção mecânica, que pode ser descrita inteiramente no papel, invenções biotecnológicas frequentemente dependem do acesso ao próprio organismo vivo para que outros cientistas possam reproduzir o experimento.

Com a promulgação, o Brasil passa a aceitar os protocolos de 'status' de autoridade internacional de depósito. Essas instituições devem garantir a viabilidade do material biológico por um período de, no mínimo, 30 anos após a data do depósito. Além disso, as autoridades são obrigadas a manter sigilo sobre o conteúdo depositado e a fornecer amostras apenas para partes legalmente autorizadas, conforme as regras da Ompi e do processo administrativo de patentes de cada nação.

Caso um micro-organismo deixe de ser viável ou as restrições de exportação impeçam o envio de amostras, o tratado prevê o direito ao novo depósito. O depositante terá o prazo de três meses para realizar a substituição do material, mantendo a data de prioridade do depósito inicial, desde que comprove que o novo organismo é idêntico ao anterior.

Trâmite legislativo e soberania

A adesão do governo brasileiro ao acordo internacional foi um processo que envolveu os três Poderes da República. Antes da assinatura do decreto pelo Executivo, a matéria passou pelo crivo do Legislativo. O Congresso Nacional aprovou o texto por meio do Decreto Legislativo 174, em 23 de junho de 2025. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, o Brasil depositou o instrumento de adesão junto à Ompi, em Genebra, na Suíça.

O Ministério das Relações Exteriores destacou que o tratado entrou em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, em 20 de janeiro de 2026. A promulgação atual garante a aplicabilidade interna da norma. O texto do decreto ressalta ainda que qualquer ato que resulte em revisão do tratado ou que acarrete encargos gravosos ao patrimônio nacional deverá passar por nova aprovação dos parlamentares, conforme prevê a Constituição.

Impacto na inovação nacional

Para especialistas em **propriedade intelectual**, a medida coloca o Brasil em pé de igualdade com as maiores economias do mundo no setor de inovação. A simplificação do processo reduz custos para startups e centros de pesquisa que atuam no desenvolvimento de medicamentos, vacinas e soluções agrícolas.

A partir de agora, a infraestrutura nacional de laboratórios também poderá buscar o credenciamento como autoridade internacional, atraindo depósitos de pesquisadores estrangeiros e fortalecendo a posição do país no cenário biotecnológico global. O cumprimento das metas científicas e administrativas exigidas pelo tratado será monitorado pela As-

sembleia da União de Budapeste, da qual o Brasil passa a ser membro com direito a voto.

A equipe de O TEMPO produziu esta reportagem automaticamente por meio de inteligência artificial, com base em dados oficiais. O conteúdo passou por um processo prévio de verificação para a sua elaboração. Se você encontrar algum erro, por favor, nos informe pelo e-mail [inteligenciaartificial@otempo-com.br](mailto:inteligenciaartificial@otempo-com.br).

## Governo registra marca Pix e reforça defesa do sistema após crítica dos EUA



Presidente usa meio de pagamento como trunfo eleitoral. Em reunião do Conselhão, formado por representantes da sociedade civil, Lula diz que país 'não tem o direito de aceitar' novo tarifação de Trump

O governo anunciou ontem o registro da marca Pix como de "alto renome" no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, um reconhecimento que amplia a proteção jurídica do nome e do símbolo do sistema de pagamentos instantâneos usado por milhões de brasileiros. A medida ocorre após os Estados Unidos incluírem o Pix em uma investigação no âmbito da Seção 301, da Lei de Comércio americana, a respeito de supostas práticas comerciais desleais. O anúncio foi feito pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, durante reunião do Conselhão, em Brasília.

- O **INPI** registra como marca de grande renome o Pix do Brasil, associado ao Banco Central. E, na forma da lei de **propriedade intelectual**, a maior proteção que se pode dar à marca e para o símbolo - afirmou.

### PROTEÇÃO LEGAL DA MARCA

A medida tem caráter mais simbólico e político. O reconhecimento de alto renome coloca o Pix em categoria reservada a marcas amplamente conhecidas

pela população e que recebem proteção especial prevista na legislação brasileira. Isso significa que o nome e o símbolo do sistema passam a ter uma proteção mais ampla contra usos indevidos no país.

A decisão foi tomada após a divulgação de relatório da investigação conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês). O documento questiona o modelo de funcionamento do Pix e argumenta que o Banco Central atua simultaneamente como regulador e operador da plataforma. A avaliação da gestão Donald Trump é que o modelo adotado pelo Brasil poderia prejudicar a atuação de empresas privadas do setor de pagamentos.

Em outra frente, o Congresso aprovou em comissão incluir o Pix na Constituição (leia mais abaixo). Criado pelo Banco Central em 2020, o Pix se tornou o principal meio de pagamento do país e é utilizado diariamente por milhões de pessoas para transferências, compras e pagamentos de contas.

Desde o anúncio de uma nova ofensiva tarifária contra o Brasil, composta por uma tarifa de 25% no âmbito

Reação. O presidente Lula com o cartaz "O Pix é do Brasil" durante a reunião do Conselhão: resposta a Donald Trump



desta investigação, e de outra de 12,5% em processo relacionado a falhas no combate ao trabalho for-

çado, o governo tem reforçado a defesa do Pix. Integrantes da equipe econômica e do Palácio do Planalto avaliam que o sistema se tornou um dos principais símbolos da inovação financeira brasileira e um concorrente relevante para empresas estrangeiras do setor de pagamentos.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apareceu em um evento segurando um cartaz com a frase "O Pix é do Brasil" e classificou como injustificadas as críticas americanas ao sistema. Além da reação ao "muro tarifário" de Trump, Lula tem usado o Pix como trunfo eleitoral, já que ele acusa a família Bolsonaro, em especial o pré-candidato Flávio Bolsonaro (PL-RJ),

seu principal adversário no pleito, de ter articulado as sanções junto a Trump.

**GASTO PÚBLICO** Ontem, Lula reforçou a estratégia. Antes de discursar na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, o Conselho, Lula segurou uma placa em defesa do Pix. Lula disse que o país não tem direito de aceitar as novas taxas propostas pelos EUA, rebatendo os argumentos da gestão de Donald Trump, citando a questão do desmatamento, um dos tópicos da investigação por práticas comerciais supostamente desleais.

- Essa última imputação de taxa que eles (EUA) colocaram para nós, nós não temos o direito de aceitar, por dignidade e respeito ao que nós fazemos aqui com os trabalhadores brasileiros. Quero saber

quais são os direitos que os trabalhadores (dos EUA) têm para vir um tal de diretor financeiro impor multa por conta do desmatamento. Será que eles não percebem que eles já estão carecas? - disse o presidente brasileiro.

O presidente ainda voltou a defender o gasto público e reclamar de quem critica a alta de despesas.

- Às pessoas nunca pararam para discutir e fazer a grande pergunta: quanto custou não fazer as coisas certas? - disse o presidente.

O governo se prepara para a ida de Lula à Cúpula do G7, entre os dias 15 e 17 deste mês, na França. Inicialmente, o petista não pretendia participar, mas após a nova decisão dos EUA resolveu que irá ao encontro. A previsão é que o presidente americano também participe da cúpula.

Recriado em 2023 com a volta de Lula ao Palácio do Planalto, o Conselho é composto por representantes da sociedade civil e é responsável pelo assessoramento do presidente na formulação de políticas públicas e diretrizes de governo. Essa será a sétima reunião do Conselho, e ocorrerá no Palácio do Itamaraty.

}

## Toffoli defende manter responsabilização das plataformas digitais



STF foi acionado por big techs para esclarecer decisão que estabelece que redes precisam impedir conteúdos criminosos

O ministro Dias Toffoli defendeu ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) mantenha a decisão que ampliou a responsabilidade de plataformas por publicações feitas por seus usuários. Ele, que é um dos relatores do caso, propôs ajustes na tese fixada pela Corte no ano passado, mas preservando obrigações das empresas, com ações mais ativas em casos envolvendo crimes antidemocráticos, terrorismo, incitação a racismo e induzimento a suicídio, além de punição em caso de falha sistêmica.

Toffoli sustentou que deveres estabelecidos pelo STF só sejam impostos a provedores de grande porte, com mais de um milhão de usuários, e as plataformas tenham um prazo de 60 dias para adotar "obrigações estruturais". Toffoli terminará de apresentar o seu voto hoje, quando o julgamento será retomado.

O Supremo julga 12 recursos impetrados por big techs, de empresas e entidades da sociedade civil pedindo esclarecimento sobre a decisão que ampliou a responsabilidade das plataformas.

Ainda de acordo com o relator, para "preservar a segurança jurídica", a decisão do STF sobre a res-

pensabilidade das redes só terá efeito a partir da data de publicação da ata de julgamento, ocorrida em 27 de junho do ano passado.



- Fomos muito equilibrados ao estabelecer a unanimidade nesta tese. Não se trata de censura, como alguns alegam. É um modelo de pesos e contrapesos nesse novo mundo que estamos a experimentar - afirmou Toffoli. Segundo o ministro, espera-se das plataformas uma atuação mais ágil e efetiva na remoção de conteúdos ilegais. O entendimento contraria o pedido de algumas empresas, que queriam que as regras valessem somente após encerramento total da discussão no STF. Em seu voto, Toffoli também destacou que, se um provedor é notificado do conteúdo ilícito, mas é omissivo em relação à sua remoção, também responde civilmente "pelo que não fez". - A partir da notificação, o provedor responde por prejuízos materiais e imateriais causados por sua omissão na remoção do conteúdo. Se o perfil falso continua a disseminar ofensas, o provedor passa a responder solidariamente pelos prejuízos decorrentes - apontou. Toffoli ainda afastou questionamentos sobre como as notificações de retirada de conteúdo deveriam ser apresentadas. Segundo o ministro, o **Marco Civil** já disponibiliza informações necessárias para que usuários contestem publicações. A regra estabelece que plataformas são diretamente responsáveis quando não removerem, imediatamente, conteúdos que configu-

rem crimes como atos antidemocráticos, terrorismo, induzimento a suicídio; incitação à discriminação em razão de raça, cor, etnia, religião, procedência

nacional, sexualidade ou identidade de gênero, entre outros.

Para crimes como calúnia, difamação e injúria, continuam valendo as regras atuais, de que é necessária uma ordem judicial para a remoção. Somente se essa ordem for descumprida as plataformas têm responsabilidade. Também há a necessidade de ordem judicial para remoção de conteúdos em serviços de mensagens, como WhatsApp e Telegram, para e-mail e para aplicativos de reuniões fechadas, como o Zoom.

- Não subsiste dúvida, existem os parâmetros que devem instruir a notificação extrajudicial.

As empresas também deverão apresentar relatórios anuais de transparência sobre notificações extrajudiciais, anúncios e impulsionamento.

Em junho do ano passado, por 8 votos a 3, o STF declarou a inconstitucionalidade parcial do artigo 19 do **Marco Civil** da Internet. O texto diz que "o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros" se, após ordem judicial, "não tomar as providências" para retirar o conteúdo.

Os recursos impetrados pelas big techs alegam que há "omissões" na decisão do ano passado. Foram pedidos, por exemplo, esclarecimentos sobre os critérios para remoção de conteúdo, a definição dos deveres de monitoramento das plataformas, os efeitos da decisão para casos já em andamento e a fixação de um prazo para adaptação às novas exigências. Empresas também alegam risco de insegurança jurídica e de remoções excessivas de conteúdo diante das novas obrigações impostas pelo Supremo.

## Diplomatas apostam em encontro de Lula com Trump no G7 para evitar novas tarifas dos EUA contra o Brasil



Planalto aposta em encontro entre Lula e Trump no G7 Planalto aposta em encontro entre Lula e Trump no G7

Lula e Trump no G7 podem destravar negociações sobre tarifas dos EUA, após o Brasil apontar que dados técnicos sobre desmatamento e PIX foram desconsiderados.

Diplomatas brasileiros apostam em um eventual novo encontro entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante o encontro do G7, na França, destravar negociações sobre ameaça de novas tarifas ao Brasil.

O governo brasileiro avalia que as recomendações de novas tarifas contra o Brasil têm caráter político e desconsideram os argumentos técnicos apresentados ao longo dos últimos meses.

Nas últimas semanas, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) recomendou, por exemplo, que o Brasil seja taxado por práticas econômicas desleais contra empresários americanos.

Entre os itens incluídos na recomendação estão o PIX, o etanol, o combate ao desmatamento e a **propriedade intelectual**.

Essa recomendação, ainda não implementada, foi feita com base na chamada Seção 301 da lei comercial americana, instrumento criado na década de 1970.

Desde julho de 2025, quando o governo Trump anunciou a abertura da investigação comercial, foram diversas conversas entre integrantes dos governos brasileiro e americano, seja por telefone, vi-

deoconferência ou reuniões em Washington.

Conforme relatos sobre as negociações, em todas essas conversas, foram apresentados dados oficiais às autoridades americanas; questionamentos foram respondidos; e dúvidas, esclarecidas.

Diplomatas a par das negociações avaliam que estes argumentos foram desconsiderados, entre os quais os que demonstram que nos últimos anos o Brasil vem buscando combater o desmatamento ilegal.

O Brasil não faz parte do G7, mas, a exemplo de edições anteriores, Lula foi convidado pelo anfitrião do encontro - neste ano, o presidente da França, Emmanuel Macron. O encontro acontece na próxima semana.

Lula e Trump já se encontraram na Malásia, em outubro de 2025, e em Washington, em maio deste ano - além de uma rápida conversa no ano passado em Nova York (EUA), durante assembleia da Organização das Nações Unidas.

Integrantes do Palácio do Planalto entendem que, como no USTR as conversas técnicas não têm evoluído, um possível caminho é um encontro direto entre Lula e Trump.

### Lei da Reciprocidade

Diante do tarifaço americano contra o Brasil, o Congresso Nacional, com o apoio do governo, aprovou a chamada Lei da Reciprocidade, que permite ao Estado brasileiro agir na mesma proporção caso algum parceiro econômico adote medida que implique em prejuízo à economia do país.

Ao longo das últimas semanas, o governo brasileiro emitiu dois comunicados oficiais nos quais fez referência a essa lei.

Entretanto, no Itamaraty, diplomatas afirmam que, apesar de ter o instrumento à disposição, o governo deve insistir nas negociações políticas e diplomáticas.

Isso porque os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, atrás somente da China. Portanto, poderia ser ruim pra economia adotar a lei da reciprocidade, prejudicando o co-

Continuação: Diplomatas apostam em encontro de Lula com Trump no G7 para evitar novas tarifas dos EUA contra o Brasil

mércio bilateral.

## Mais de mil camisas de seleções falsas são apreendidas antes da Copa na Inglaterra; autoridades alertam para crime organizado



Força de Fronteira do Reino Unido afirma que produtos ilegais ajudam a financiar tráfico de drogas, trabalho forçado e outras atividades criminosas

A poucos dias do início da Copa do Mundo de 2026, autoridades do Reino Unido intensificaram o combate ao comércio de camisas falsificadas de seleções nacionais. Desde janeiro, agentes da Força de Fronteira e policiais britânicos apreenderam mais de mil uniformes falsos da Inglaterra e afirmam que milhares de outras peças devem ser retiradas de circulação nas próximas semanas.

As apreensões não se limitaram à seleção inglesa. Camisas falsificadas de países como Escócia, Alemanha, Espanha e Bélgica também foram encontradas durante operações realizadas em aeroportos, centros de distribuição e pontos de entrada de mercadorias no país.

Segundo as autoridades, o problema vai muito além da violação de direitos de **propriedade intelectual**. Os investigadores afirmam que o comércio desses produtos está ligado a organizações criminosas internacionais envolvidas em atividades como tráfico de drogas, exploração de mão de obra infantil, trabalho forçado e crimes violentos.

- Criminosos estão explorando deliberadamente a paixão dos torcedores pelo futebol. Nossos agentes trabalham incansavelmente para impedi-los. Já in-

terceptamos mil camisas da Inglaterra este ano e esperamos apreender milhares mais antes que

cheguem ao público - afirmou Phil Douglas, diretor-geral da Força de Fronteira do Reino Unido, em entrevista à Sky Sports.

Além das suspeitas de financiamento ao crime organizado, autoridades britânicas alertaram para riscos à saúde dos consumidores. Algumas das camisas apreendidas continham substâncias químicas proibidas pela legislação de segurança do país, levantando preocupações sobre os materiais utilizados na fabricação dos produtos.

Andy Cooke-Welling, diretor de fiscalização do Escritório de **Propriedade Intelectual** (IPO), ressaltou que os itens falsificados escapam de todos os controles de qualidade exigidos para produtos oficiais.

- Ao contrário dos produtos genuínos, as **falsificações** não passam pelos controles de qualidade e segurança previstos em lei. Os compradores não têm qualquer garantia sobre os materiais utilizados nem sobre as condições em que foram fabricadas - afirmou.

Os dados mais recentes indicam que o problema está longe de ser pontual. Informações compartilhadas pela plataforma de autenticação por inteligência artificial KitLegit mostram que 38% das mais de 27 mil camisas analisadas foram identificadas como falsificadas.

No caso específico da seleção inglesa, 30,5% das verificações realizadas apontaram produtos não autênticos. Os números refletem uma dificuldade crescente dos consumidores em diferenciar itens originais de réplicas ilegais, especialmente diante da expansão das vendas em marketplaces, redes sociais e plataformas de revenda.

Para enfrentar esse cenário, a própria KitLegit passou a ser utilizada não apenas por consumidores, mas também por revendedores e órgãos de fiscalização do Reino Unido. O sistema utiliza inteligência artificial e um banco de dados com informações de uniformes oficiais para verificar a autenticidade

---

Continuação: Mais de mil camisas de seleções falsas são apreendidas antes da Copa na Inglaterra; autoridades alertam para crime organizado

das peças.

O processo exige que o usuário fotografe detalhes específicos da camisa, como etiquetas, costuras, códigos de barras, gola e acabamento. A partir dessas imagens, a plataforma compara os elementos

com registros de produtos legítimos e determina se o uniforme é autêntico ou falsificado.

# Fundamentos das novas medidas dos EUA em relação ao Brasil

Em menos de duas semanas, anúncio de três iniciativas adotadas pelo governo dos Estados Unidos impactou as relações bilaterais com o Brasil

Opinião Fundamentos jurídicos das novas medidas dos EUA em relação ao Brasil

Em menos de duas semanas, o anúncio de três iniciativas adotadas pelo governo dos Estados Unidos impactou as relações bilaterais com o Brasil: a designação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como Organizações Criminosas Transnacionais Especialmente Designadas (SDGTs), bem como a sinalização de sua classificação futura como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs); e o resultado de duas investigações conduzidas pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), com fundamento na Seção 301 do Ato de Comércio de 1974.

Analisaremos as medidas pela ordem cronológica do anúncio da formalização dos respectivos processos administrativos internos.

Investigação sob a Seção 301 do Ato de Comércio de 1974 contra o Brasil

Em 15 de julho de 2025, o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR), por determinação específica do Presidente dos Estados Unidos, instaurou investigação com fundamento na Seção 301 do Trade Act de 1974 para examinar atos, políticas e práticas do Brasil em seis áreas: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico; tarifas consideradas injustas ou preferenciais; aplicação da legislação anticorrupção; proteção da **propriedade intelectual**; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal.

Relevante lembrar que, em sede do litígio DS152, aberto em 1999, intitulado United States - Sections 301-310 of the Trade Act of 1974, junto à Organização Mundial do Comércio, a legislação norte-americana foi considerada compatível com os acordos multilaterais do comércio.

No âmbito do procedimento, o Comitê da Seção 301 convocou audiência pública e abriu período

para apresentação de comentários escritos por partes interessadas. A investigação teve início

formal em 15 de julho de 2025, com abertura do processo administrativo para recebimento de manifestações em 17 de julho de 2025.

O volume documental é revelador: 189 documentos americanos protocolados (75 submissões coordenadas entre concorrentes, da indústria de serviços ao agronegócio, Hollywood, big techs e siderúrgicas), volume proporcionalmente muito superior àquele produzido durante os 3 anos de investigações contra a China, indicando um envolvimento sem precedentes do setor econômico americano na investigação.

Contra esse arsenal, apenas 23 tentativas fragmentadas de defesa brasileira e uma resposta oficial de 91 páginas que contestou a legitimidade do processo em vez de apresentar contrapontos técnicos.

No campo do comércio digital, o ponto de tensão central é o Pix. Para as autoridades americanas, ao criar e operar diretamente essa infraestrutura de pagamentos, que hoje conta com cerca de 150 milhões de usuários e supera o uso de cartões no país, o Banco Central teria ultrapassado sua função regulatória para se tornar um concorrente do setor privado, estreitando o espaço de atuação de operadores e plataformas financeiras estrangeiras. O debate, em última análise, é sobre o papel legítimo do Estado na construção de infraestruturas digitais estratégicas.

Spacca

A frente tarifária é a mais volumosa em documentação, com cerca de cinquenta registros, e a mais precisa em números. Em 2024, a tarifa média brasileira aplicada foi de 12%, contra apenas 3% da média americana. O argumento americano evita confrontar os acordos do Mercosul, amparados pela OMC, e mira em outro alvo: as preferências tarifárias concedidas a países como Índia e México, com alíquotas entre 10% e 100% menores que a tarifa padrão, das quais os Estados Unidos sistematicamente não se beneficiam, gerando perdas estimadas em 15 bilhões de dólares anuais. Agravam o quadro

os picos tarifários em mais de 200 categorias de produtos, com destaque para equipamentos industriais, produtos químicos especializados e tecnologia médica, justamente os setores de maior competitividade americana.

Com cerca de trinta documentos coordenados pela Motion Picture Association, a frente de **propriedade intelectual** articula um argumento de perdas mensuráveis. O foco principal é a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), uma contribuição de intervenção no domínio econômico (CIDE) criada pela Medida Provisória nº 2.228-1/2001 para financiar o setor audiovisual brasileiro. Enquanto plataformas de streaming americanas pagam efetivamente cerca de 12% sobre a receita bruta, a produção nacional suporta uma carga 50% inferior, gerando uma assimetria estimada em mais de 900 milhões de dólares anuais.

Ainda que juridicamente enquadrada como política de fomento cultural, a investigação a trata como barreira comercial discriminatória. No campo de patentes, o contraste é igualmente incômodo, o registro de uma patente no Brasil pode levar até dez anos, contra três nos Estados Unidos, enquanto o complexo da 25 de Março, em São Paulo, permanece apontado como hub persistente de produtos falsificados, resistente mesmo a operações policiais regulares.

A acusação mais analiticamente sofisticada, contudo, é aquela que conecta desmatamento ilegal a vantagens comerciais desleais. O raciocínio parte da premissa de que os produtores que utilizam terras obtidas por desmatamento ilegal evitam os custos do manejo sustentável e chegam ao mercado internacional com preços artificialmente reduzidos, um subsídio implícito que distorce a competição global. A Coalizão madeireira americana estima que a madeira brasileira produzida nessas condições chega ao mercado com custo 30% inferior ao equivalente americano. A auditoria de licenças florestais emitidas entre 2020 e 2024 reforça a acusação: quase 40% apresentaram irregularidades, sobreposições com áreas de conservação, coordenadas incorretas e, em casos extremos, autorizações emitidas para empresas inexistentes.

Instauração de investigações nos termos da Seção 301 sobre Atos, Políticas e Práticas de Diversas Economias Relacionados à Falta de Instituição e de

## Aplicação Efetiva de Proibição à Importação de Produtos Produzidos com Trabalho Forçado

Em 17 de março de 2026, foi anunciada a abertura simultânea de 60 investigações sob a Seção 301 do Ato de Comércio de 1974 contra diversos países e economias, entre eles o Brasil, por supostamente não adotarem ou não aplicarem de forma eficaz proibições à importação de bens produzidos com trabalho forçado. O procedimento constitui uma das mais amplas investigações comerciais já lançadas pelos Estados Unidos com fundamento na Seção 301.

O ponto de partida do documento é a proibição norte-americana da importação de bens produzidos total ou parcialmente mediante trabalho forçado. Com efeito, a Seção 307 da Lei Tarifária de 1930, atualmente codificada em 19 U.S.C. § 1307, estabelece que mercadorias, artigos ou produtos extraídos, produzidos ou manufaturados, total ou parcialmente, mediante trabalho forçado, trabalho prisional compulsório ou trabalho infantil forçado não podem ingressar no território aduaneiro norte-americano.

A investigação iniciada pelo USTR em março de 2026 não se baseia na alegação de que os países investigados estejam violando a legislação americana, mas na que muitos países, mesmo proibindo o trabalho forçado em seus territórios, mas não possuem mecanismos equivalentes para impedir a importação de produtos fabricados com trabalho forçado em terceiros países.

Nessa situação, empresas localizadas nesses mercados poderiam continuar adquirindo insumos produzidos em condições abusivas no exterior, incorporando-os às suas cadeias produtivas e competindo em condições artificialmente favorecidas.

Embora o Brasil, em particular, conte com mecanismos robustos de combate ao trabalho escravo contemporâneo, não possui norma equivalente à americana que estabeleça, de forma geral e sistemática, a proibição da importação de produtos fabricados mediante trabalho forçado no exterior.

Segundo o USTR, essa proibição não se justifica apenas por razões humanitárias, mas também por motivos de política externa, segurança nacional e defesa da concorrência econômica. Tais práticas contaminam cadeias produtivas inteiras. Obtém-se vantagem artificial de custos, podendo-se vender

produtos a preços inferiores aos que prevaleceriam em condições normais de mercado, prejudicando produtores e trabalhadores norte-americanos.

Estimativas da Organização Mundial do Trabalho (ITO) apontam que os lucros globais obtidos pelo setor privado mediante o uso de trabalho forçado alcançariam cerca de US\$ 63,9 bilhões anuais.

#### Listagem do PCC e CV

No fim de maio de 2026, o Secretário de Estado norte-americano anunciou a designação do PCC e do CV como Terroristas Globais Especialmente Designados (SDGTs) e sinalizou a intenção de designá-los como Organizações Terroristas Estrangeiras (FTOs).

A designação como SDGT decorre, principalmente, da Ordem Executiva 13224 e é administrada pelo Departamento do Tesouro, por meio do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (OFAC). Ela pode atingir não apenas organizações, mas também indivíduos, financiadores, empresas de fachada, facilitadores e redes de apoio. Seu principal efeito é econômico: bloqueio de bens e ativos sob jurisdição americana, proibição de transações financeiras com pessoas e entidades dos Estados Unidos e possibilidade de aplicação de sanções secundárias a terceiros que mantenham relações econômicas com os designados.

A designação como FTO está prevista na Seção 219 da Ato de Imigração e Nacionalidade (INA), codificada em 8 U.S.C. § 1189, dispositivo introduzido pelo Lei Antiterrorismo e de Efetividade da Pena de Morte (AEDPA) de 1996.

A designação envolve articulação interagências, da qual participam o Escritório de Contraterrorismo do Departamento de Estado dos Estados Unidos, o Escritório Federal de Investigação (FBI), as agências de inteligência, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria do Tesouro e, por fim, o Secretário de Estado.

Antes de surtir efeitos, o Congresso é formalmente notificado e dispõe de sete dias para examinar, e eventualmente obstar, a medida. Transcorrido o prazo sem manifestação congressional, a notificação é publicada no Registro Federal, marco a partir do qual a designação passa a vigor. A organização assim qualificada pode impugná-la judicialmente perante o Tribunal de Apelações do Circuito do Distrito de Columbia, no prazo de trinta dias conta-

dos da publicação.

O regime atual de designação de FTOs nos Estados Unidos prevê mecanismos permanentes de revisão e revogação, substituindo a antiga exigência de redesignação bienal. A entidade designada pode requerer a revogação após dois anos, desde que demonstre mudança substancial das circunstâncias que justificaram a medida. Além disso, o Secretário de Estado deve reavaliar a designação periodicamente e pode revogá-la a qualquer momento por razões fáticas ou de segurança nacional. A revogação também pode decorrer de ato do Congresso ou de decisão judicial.

A designação de uma FTO nos termos da Seção 219 da INA requer o concurso de três requisitos cumulativos: (1) tratar-se de organização de natureza estrangeira; (2) exercer atividade terrorista ou praticar terrorismo, ou, alternativamente, deter capacidade e intenção de fazê-lo, nas acepções conferidas pela INA e pela Lei de Autorização de Relações Exteriores; e (3) que tal atividade represente ameaça à segurança de cidadãos norte-americanos ou aos interesses de defesa nacional, de política externa ou econômicos dos Estados Unidos.

A designação irradia efeitos em três planos distintos. No campo penal-administrativo, fica vedado a qualquer pessoa no território nacional ou sujeita à jurisdição norte-americana prestar, conscientemente, "apoio material ou recursos" à organização, expressão de largo alcance, que compreende bens tangíveis e intangíveis, serviços financeiros, alojamento, treinamento, assessoria especializada, instalações, armamentos, agentes letais, explosivos, pessoal e transporte, ressaltados apenas medicamentos e materiais religiosos. No plano migratório, estrangeiros que integrem ou representem uma FTO designada tornam-se inadmissíveis nos Estados Unidos e, a depender das circunstâncias, sujeitos a procedimento de deportação. No campo financeiro, instituições bancárias norte-americanas que identifiquem fundos nos quais a organização ou seus agentes detenham interesse são obrigadas a retê-los e comunicar o fato ao Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro.

Além das consequências jurídicas diretas, a designação opera como instrumento de política internacional: fortalece os esforços multilaterais de contenção do financiamento ao terrorismo, estimula outros Estados a adotarem medidas equivalentes, estigma-

tiza e isola internacionalmente as organizações nomeadas, desestimula doações e transações econômicas com elas relacionadas e sinaliza, perante a comunidade das nações, as prioridades estratégicas de segurança dos Estados Unidos.

### Conclusão

Do ponto de vista jurídico, as medidas recentemente adotadas pelos Estados Unidos não decorrem de impulsos conjunturais ou de decisões arbitrárias, mas de instrumentos normativos consolidados ao longo de décadas e reiteradamente utilizados em defesa de interesses considerados estratégicos por Washington.

Diante desse cenário, respostas eficazes exigem compreensão técnica dos fundamentos jurídicos que sustentam tais medidas e das vias disponíveis para sua contestação no plano internacional. Negar sua existência, minimizar seu alcance ou tratar a questão exclusivamente como manifestação de hostilidade política não contribui para a defesa dos interesses nacionais.

A proteção do interesse nacional demanda análise estratégica, capacidade de negociação e domínio dos mecanismos jurídicos mobilizados pelos Estados Unidos, e não apenas discursos de indignação ou narrativas de caráter ideológico.

### Bibliografia

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). United States - Sections 301-310 of the Trade Act of 1974: Report of the Panel. WT/DS152/R. Geneva: World Trade Organization, 22 Dec. 1999.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Bureau of Counterterrorism. Foreign Terrorist Organizations.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Terrorist Designation of Comando Vermelho and Primeiro Comando da Capital. Press Statement. May 28, 2026.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (USTR). Report in Section 301 Investigations of the Acts, Policies, and Practices of Various Economies Related to the Failure to Impose and Effectively Enforce a Prohibition on the Importation of Goods Produced with Forced Labor. Washington, D.C., 2026.

UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE (USTR). Section 301 - Brazil's Acts, Policies, and Practices Related to Digital Trade and Electronic Payment Services; Unfair, Preferential Tariffs; Anti-Corruption Enforcement; Intellectual Property Protection; Ethanol Market Access; and Illegal Deforestation.

Clarita Costa Maia É Consultora Legislativa Na Área De Direito Dos Negócios. Doutora Em Direito Pela Usp. LL.M Em Direito Dos Negócios E Das Inovações. Especialista Em Direito Internacional Dos Conflitos Armados

## Marketing de emboscada e Copa: estratégias e desafio

É uma prática ilícita que ocorre quando uma empresa se associa, direta ou indiretamente, a um evento, marca ou patrocinador oficial sem autorização

Por Stephanie De Schryver, sócia da área de **Propriedade Intelectual** de TozziniFreire Advogados, e Eduarda Guerra, advogada da área de **Propriedade Intelectual** de TozziniFreire Advogados

A Copa do Mundo é o acontecimento esportivo mais assistido do planeta e, com a sua chegada, marcas lançam campanhas e conteúdos relacionados ao evento, um dos momentos de maior visibilidade. Acontece que nem todas as ações publicitárias associadas a esse evento são permitidas e podem ultrapassar o limite do que é legalmente permitido, gerando um problema jurídico. As ações que ultrapassam essa linha caracterizam marketing de emboscada.

O marketing de emboscada é uma prática ilícita que pode assumir diferentes formas, mas, de modo geral, ocorre quando uma empresa se associa, direta ou indiretamente, a um evento, marca ou patrocinador oficial sem autorização, para se aproveitar da visibilidade e prestígio destes.

A título de exemplo, o marketing de emboscada pode ocorrer por meio de associação indevida, quando marcas fazem referências a ativos protegi-

dos, como nomes vinculados ao evento, ou por intrusão, caracterizada por ativações promocionais não autorizadas em locais oficiais ou em seu entorno.

Sanções incluem advertências, recomendações de alteração ou sustação de campanhas

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) tem papel fundamental na análise dessa prática, adotando postura rigorosa para coibi-la. As sanções incluem advertências, recomendações de alteração ou sustação de campanhas.

Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em 2020, na final da UEFA Champions League: uma campanha de cervejaria não patrocinadora foi considerada invasão do espaço comercial da patrocinadora oficial do evento, resultando na sustação imediata da publicidade e aplicação de sanção.

Para marcas e agências, o desafio é exercer a criatividade dentro dos limites legais: revisão jurídica prévia e documentação do processo criativo são medidas essenciais. Os patrocinadores oficiais devem monitorar ativamente tais ações e agir rapidamente contra infrações.

A Copa do Mundo é uma oportunidade única de engajamento, mas, em um ambiente de fiscalização cada vez mais sofisticada, o marketing que ignora o direito pode sair caro.

# Índice remissivo de assuntos

|                                |                                  |
|--------------------------------|----------------------------------|
| Marco Civil .....              | 6,7                              |
| Marco regulatório   INPI ..... | 4,5                              |
| Propriedade Industrial .....   | 1,2,3,4,5                        |
| Propriedade Intelectual .....  | 2,3,4,5,8,9,10,11,12,13,14,15,16 |